

BOLETIM

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae
São Paulo - Setor de Publicações - Ano IV nº 16 Maio-Junho de 1994

DOS SETORES

Publicações

Revista Percurso Nº 11

Debate Autores / Leitores

Após a edição de cada número de PERCURSO, temos realizado um debate aberto entre os autores e seus leitores. A finalidade desta iniciativa é aprofundar as questões abertas pelos artigos, além de proporcionar a quem os escreve um "feedback" importante, e a quem os lê uma ocasião de apresentar críticas, interrogações e observações suscitadas pelos trabalhos. Todos os leitores da revista, do Departamento ou não, de São Paulo ou não, estão sempre convidados a participar dos debates. A data do debate sobre o número 12, cujo tema é A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA, será anunciada oportunamente, porém fica desde já avisado que ele ocorrerá no início do mês de SETEMBRO.

Em 21 de maio de 1994, realizou-se o debate referente ao número 11. O Departamento pôde trazer de Brasília o professor Luís Augusto Celes, estando impedido de comparecer o professor Rogerio Luz, do Rio de Janeiro. Abaixo, um resumo das principais passagens da discussão: espero que, mesmo nesta forma condensada, nossos leitores possam ter uma idéia do interesse e da importância deste tipo de atividade, e se sintam motivados a participar do próximo debate.

Renato Mezan abriu a discussão evocando os principais tópicos tratados na revista nº 11, que se decantaram num tema comum - aspectos da clínica - de forma mais ou menos espontânea, pela combinação dos diferentes textos. Kitty Haasz gostaria de saber se os autores se sentiram dialogando uns com os outros. Luís Claudio Figueiredo disse que sim, especialmente com o artigo de Radmila Zygouris e com o de Miriam Chnaiderman. Segundo Figueiredo, havia um ponto em comum nestes três artigos: a questão da fala representativa vs. a fala fenomenalizadora, isto é, a que faz aparecer algo. No caso narrado por Radmila, o ato aparentemente "fora do setting" -

tomar a paciente pela mão e falar longamente com ela sobre a estátua inquietante - permite completar um "acontecimento inconcluso", para usar o conceito que ele introduz no seu artigo. Algo não podia "passar para o passado": a perda do colar de pérolas seria então uma metáfora da passagem. A forma da intervenção da analista propiciou um acontecimento de forma tal, que o tornou "passado" - a elaboração disso, posteriormente, permitiu outras passagens e possibilidades. Já o trabalho de Miriam sugere uma distinção entre "sentido" - significação como movimento - e "significação", a ser representada na linguagem usual.

Kitty retoma: haveria uma ampliação do processo terapêutico ao se incluir nele o ato. O enigmático era aqui a percepção do colar pela analista. O que teria acontecido, na verdade? E será que acontece sempre, de formas variadas, algo semelhante ao que Radmila descreveu?

Luís Claudio Figueiredo responde: o colar era enigmático porque não se podia falar dele. "Colar/Callar" - os bastidores de si, para falar como Kitty, seriam a impossibilidade de um pensamento representativo, o que vai tornando este "algo" inominável. Já para Luís Augusto Celes, o acontecimento eram os "anos de constrangimento". A paciente estava frente a algo impossível de ser dito, e a analista se sentia paralisada. Isto mostraria que o tempo do acontecimento não é "instantâneo". Renato Mezan observa que, neste caso, se estaria usando o termo "acontecimento" em dois sentidos diferentes: o de evento e o de processo. O ato em questão envolveu os corpos da analista e da paciente, o que abre uma possibilidade de comparação com o texto de Marlene Guirado sobre o corpo. E se não houvesse estátua, o que teria se passado? Cleusa Pavan aproveita a deixa e se pergunta pelos "pontos negros" do processo analítico: o que não aconteceu neste caso?

Daniel Delouya pensa que o artigo de Luís Claudio coloca o problema da coesão do

Editorial

O primeiro Congresso Interno do Departamento de Psicanálise, dividido em duas etapas, teve sua etapa inicial realizada em 18/06/94. O chamado foi a "Reflexão do já percorrido e o debate do a percorrer" e teve a meta de discutir a formação do psicanalista, tanto nas questões que se referem ao estudo teórico e clínico, como nas questões sobre reconhecimento, autorização e pertinência. Neste número o Boletim traz um resumo dos debates nas Comissões de Trabalho e da plenária de encerramento, tendo por finalidade a preparação da segunda etapa onde será discutida a questão da formação do psicanalista na nossa instituição. Como o Congresso é interno devemos entender por isso que é dedicado aos membros do Departamento especialmente nesta segunda etapa que por sua vez é preparatória para a Assembléia que votará questões sobre a organização atual do Departamento.

Além das questões acima levantadas, mais informativas, gostaríamos de ressaltar a função que o Congresso Interno tem como local de encontro entre membros afastados, atuantes e recém-chegados.

O clima do Congresso foi novo entre nós - as conversas em torno dos posters animadas e fecundas, as participações nos grupos de trabalho foram se somando umas as outras de tal modo que formulações cada vez mais precisas e claras foram se construindo. O Congresso começa com um lapso (funcionação) e termina com outro (setor departamento): várias sugestões, propostas e críticas. Amadurecemos? Acreditamos que o modo como a Comissão Coordenadora Geral vem conduzindo sua gestão favoreceu muito o aparecimento deste clima - sua marca é coordenar. E nada mais. O que convenhamos não é fácil. Fato que aponta a importância do rodízio nas funções do Departamento: permitir o aparecimento de novos estilos e soluções. Por outro lado essa Comissão conseguiu dar continuidade aos trabalhos e projetos elaborados pelas comissões anteriores respondendo assim a anseios formalizados já há tanto tempo.

Mauro Hegenberg foi o porta voz dos amigos e colegas de Fernando Cantalice e prestou a ele nossa homenagem.

Elizabeth Antonelli Gaiarsa
Eva Wongtschowski

discurso analítico. Aquia a teoria da ruptura de campo, de Fábio Herrmann, poderia ser útil. O inconsciente age: na genealogia da paciente, a sexualidade das mulheres não "passa" bem de uma geração a outra - a avó dela só pôde falar do colar no leito de morte. Aquilo que passa de uma geração para outra, a sexualidade, estaria travado: o inconsciente agiu. Já na fenomenologia, que serve de apoio a Luís Claudio, estamos mais próximos da consciência. Como articular isso com a psicanálise do inconsciente? Menciona outros artigos de Radmila Zygouris onde o momento operativo também é um ato, e seu paciente muda por completo depois do ato.

Silvia Alonso introduz uma outra questão: o que é a espera da analista? Aqui, este tempo de espera está prenhe de várias coisas, não é um tempo no qual nada se passa. Não é a chegada da estátua que configura o acontecimento, não é o trauma que produz a transformação. O problema, para ela, é: qual era o nó transferencial que se desfaz, produzindo a mudança? Para que a estátua produzisse seu efeito, devemos supor que nos quatro anos anteriores havia um processo elaborativo em curso. A escuta produziu, nestes quatro anos, uma significativa reconstrução do trauma, de tal modo que o fato pôde ter efeito.

Luís Claudio gostaria de relacionar o "Enigma" ao acontecimento. Freud fala do enigma como acontecimento - nascimento de um irmão, por exemplo, nas "Teorias Sexuais Infantis". Pode ser, em outros casos, a ausência do pai. O que faz o acontecimento é por em marcha um processo capaz de produzir simbolizações. No artigo de Radmila Zygouris, a situação do pai imóvel no quarto se reproduz na situação analítica. Alude-se assim ao nó central desta história, o luto do pai. Algo deste gênero só pode ser atingido se se reconstruir a trama significativa, ainda que silenciosamente. Nenhum ato do analista tem poder mágico para mudar o curso das coisas, se não tiver ocorrido este trabalho anterior de reconstrução das significações.

Kitty sugere que a analista teria primeiro ficado no lugar do pai e depois saído dele. Luís Celes se pergunta novamente: o que aconteceu neste caso? Lembra o Caso Dora, em que Freud reconstrói uma cena originária a partir dos sussurros ouvidos no quarto dos pais. Isto desperta o que Freud chama uma "co-excitação": é isso que é da ordem do acontecimento. Para Renato Mezan, a estátua teria então funcionado como continente da paralisia, como uma espécie de ponto de chegada - semelhante ao ponto final de uma frase - que atribui retroativamente sentido ao que se disse antes. A

co-excitação teria então sido legitimada pela fala da analista.

Marlene Guirado intervém para lembrar que a fala tem um sentido de "fazer". No caso de Aline, que ela relata no seu artigo, foi o vídeo que ela assistiu que lhe permitiu ver como se "esgueirava" entre as pessoas, "como um fantasma", que foi o que ela disse a Aline. Isso lhe possibilitou lidar com a idéia de não ter corpo. O corpo dela era "errático", achava que em suas veias corria leite, etc. O ato de falar materializa o poder da fala, que é o de "fazer acontecer".

Kitty: a proibição de andar, na sessão, é atribuída ao analista: por isso, mobiliza. Isto permite questionar se estamos ou não à vontade no lugar físico de psicanalista: Radmila pega o leitor pela mão e lhe diz que é possível ter liberdade para pensar e fazer. Noemi Moritz Kon engata com o texto de Rogerio Luz, sobre o cinema e outras atividades como indutoras da mobilidade psíquica. O ponto em comum com o que se está dizendo seria a imagem (no caso, a estátua percebida como imagem). Para Maria Auxiliadora Arantes, o acontecimento é um ponto de inflexão do que vinha ocorrendo, algo que pulsava de forma latente. Lembra a conferência de Alan Badiou sobre o acontecimento: surge como algo pontual, mas não o é na sua essência.

Kitty retoma a "implicância" da analista com o colar, como forma de aludir às coisas que não se sabe o que são, misteriosas, Beth Antonelli Gaiarsa sugere que o colar representa a imagem de um falso self. Já Adriana Morettin pensa que se deu uma "adaptação intuitiva" da analista ao significado do colar. Neste caso, acrescenta Renato Mezan, o sujeito do processo analítico poderia ser visto na própria situação, e não tanto nos seus protagonistas. Isso porque Radmila diz que "aquilo que não pode surgir na cabeça de um deles aparece na do outro". Seriam ambos parte do mesmo "corpo".

Renata Cromberg traz a idéia de que, embora ficassem fora do campo da palavra, no setting ocorriam coisas que tinham sentido transferencial, o que é captado pela analista. Deste colar, como objeto bizarro no sentido de Bion, emana algo inquietante. Relata um caso seu em que algo parecido ocorria com uma parte do corpo de um paciente (detalhes omitidos aqui por razões éticas). Eliana Borges Pereira fala, neste caso, de uma "figura sem legenda". Renata retoma: deixar fora da análise elementos não-representacionais pode empobrecer o processo; para evitar o sobre-vestimento da palavra, seria preciso levar em conta o que disse Silvia Alonso, sobre o trabalho de elaboração que precede a explicitação de um movimento.

Beth Gaiarsa lembra o artigo de Luís Celes sobre o "eu": em que lugar ele está no processo analítico? É constituído na análise, ou já estava lá antes? Celes retoma: para quem é o acontecimento? Para o eu? O eu, por si só, não é garantia de coisa alguma. Fala da dificuldade e do fascínio que suscitam os relatos de análise. O artigo de Radmila é clínico, o dele mais teórico, mas tem uma questão clínica: se a psicanálise se constrói em "dispersão", precisamos pensar em "pedacinhos", sempre parcialmente. É isso que, para ele, torna fascinante o texto de Radmila Zygouris.

Renata Cromberg traz uma contribuição sobre o artigo de Celes: ao mostrar como Freud teoriza sobre o Eu no caso Schreber, o autor mostra que o movimento de teorização faz o mesmo que o Eu: sintetiza o disperso. Relaciona isso com o texto de Rogerio Luz: é pela dispersão, mencionada por Celes, que se pode compreender Winnicott e a idéia de que é o olhar da mãe que unifica o disperso na experiência da criança. O artigo de Celes, sobre cuja pertinência neste número o próprio autor levanta dúvidas, tem muito a ver com o tema: atualmente, sobre o Eu prevalecem as hipóteses que ressaltam sua fragmentação, a sua "destituição", como reação às teorias do ego forte que prevaleciam anteriormente. Estas "modas" em relação ao Eu têm o interesse de permitir que as concepções analíticas se enriqueçam.

Decio Gurfinkel menciona o artigo de Luz como antídoto frente à negação do papel do "eu". Renato Mezan ressalta que, em vários artigos da revista - Isabel, Renata, Marlene, - o outro tem um papel constituinte do Eu. Seria então o analista um "constituinte colaborador" do Eu do paciente? E do seu inconsciente, como afirma Isabel em seu trabalho - o que pensar disso?

O tema da ética surge na discussão a partir destas intervenções. Decio menciona a diferença entre moral e ética. Silvia Alonso fala da "ética do acompanhamento": há uma margem a ser preservada, entre o analista e o paciente. Uma margem psíquica, talvez. Renata Cromberg complementa: margem intrapsíquica, entre inconsciente e eu, o que contribui para relativizar a idéia de uma hegemonia do ego. Silvia retoma: a moral coloca um "Eu" totalizante. Mas se pergunta sobre a pertinência da "ética" do desejo, tal como nela se fala atualmente. Haveria antes necessidade de tolerância e de reconhecimento/aceitação das diferenças. Renata, em seu artigo, pensa em uma sociabilidade não-restritiva, não egóica no sentido totalizador. Esta só pode existir se houver consideração pelo outro (tolerância). Renato Mezan: provocativamente,

pode-se perguntar - o que há de inconveniente na ética do desejo? Renata Cromberg responde: não é impossível pensar o lugar do eu sem "moralização". Tabus como este não precisam entrar no pensamento.

Para Decio Gurfinkel, a "ética do desejo" traz embutida uma crítica à segunda tópica, na qual o superego desempenha a função de elemento civilizatório e portanto de contenção das pulsões, cerceando, culpabilizando, etc. Se virmos no Eu uma dimensão positiva, isto poderia ajudar a repensar toda a topografia psíquica: o rosto materno/paterno teria assim uma função possibilitadora, não nem principalmente castradora.

Renata Cromberg retoma uma passagem do seu artigo: uma descoberta que fez, relendo *O Mal-Estar na Cultura*, foi a de uma "virada" de Freud em relação ao ego: onde o superego reinava, o eu deve advir. Freud mostra, de modo algo surpreendente, o superego como uma entidade capaz de provocar malefícios, porém de certo modo descartável, no sentido de que o Eu pode tomar para si tarefas que antes estavam atribuídas a uma instância sem grande poder de discriminação. O Eu seria uma espécie de "purgatório", que pode se encaminhar nesta ou naquela direção. Caso o Eu possa tomar para si a função de julgamento moral antes exercida cegamente pelo superego, as características sádicas deste último se atenuam. Passa-se a não se fazer algo não porque o pai pode castigar a criança mais fraca, mas porque esta coisa determinada não deve ser feita.

Decio argumenta que esta passagem pode depender do olhar da mãe como estruturante (artigo de Rogerio Luz). É este olhar que permite à criança pulsional ganhar corpo, evitando o conflito insolúvel com a alteridade.

Luís Celes pergunta se este conflito é "solucionável". Por que as três instâncias da segunda tópica não são id, ego e ideal do ego? O Superego é uma parte do ego. Mas a questão é: onde está a verdade do sujeito? O eu tem que assumir o papel do superego ou tomar o lugar do id; nenhum dos dois representa o lugar da verdade, e o eu seria um mediador. O ganho da psicanálise é

pensar que o conflito é inerradicável, que a verdade não reside no desejo, nem na sociedade, nem no ego, etc. O conflito é fundante.

Renata Cromberg lembra que, numa época da psicanálise, deu-se uma hipertrofia da noção do superego: da sexualidade para o social, a passagem exclusiva se daria pelo superego. Chama a atenção um pacto perigoso para, em nome dos ideais culturais, idealizar o papel protetor do superego quanto a estes ideais. Existe na realidade o paradoxo de que ela é dada antes do nosso nascimento, mas a ela cada qual acede de modo singular. O conflito é fundante, mas cada um precisa administrá-lo. Caso contrário, erradica-se o lugar do desejo.

Adriana de Bona se pergunta se o conflito não reside na necessidade e decidir, ou/ou. Pensa na frase "não, só, mas também". Isso poderia favorecer que se particularizasse, na teoria da relação analítica, a combinação das diferentes facetas da estrutura psíquica. Renato Mezan lembra que a entrevista de Gilliéron focaliza justamente a questão do ego, como foco da terapia "breve".

Este comentário sugere a Silvia Alonso algumas idéias sobre o problema do tempo e da interminabilidade do processo analítico, que Gilliéron vincula ao desejo de perfeição. São vicissitudes do narcisismo que atraem seu interesse no momento. As diferentes maneiras de, no trabalho clínico, lidar com o tempo, o espaço e a palavra do analista, produzem efeitos no plano narcísico. Em outras palavras, diferentes modos clínicos produzem diferentes resultados para a área narcísica. Em particular, a questão do tempo é decisiva para esta gama de questões - quais os efeitos para o narcisismo de determinadas formas de se lidar com o tempo no processo analítico.

Cleusa Pavan lembra que o ideal de perfeição pode contribuir para formar um "superego analítico culpabilizador", sob a forma do desespero de algum dia chegar "lá", onde se coloca o ideal de perfeição. Adriana de Bona: "Mas um dia as sessões terminam. O analista pode acompanhar o paciente na sua caminhada". A agilidade do analista pode favorecer mudanças, embora às vezes

sejam precisos vários anos para que as coisas aconteçam.

Renata Cromberg fala de sua satisfação ao ler a revista, ela que durante os primeiros anos fez parte do conselho editorial. A alta qualidade dos artigos a impressionou, bem como os critérios de seleção e de composição do número, com certos artigos vindo antes ou depois de outros. Para Eliana Borges Pereira, o eixo do número era o problema do olhar, o que segundo ela se podia ler já no editorial. Renata Cromberg continua: a questão das formas não-representativas de funcionamento mental aparecem em outros artigos, como os de Beatriz Ferreira. Percebe-se o trabalho de equipe para realizar uma publicação consistente e a seu ver importante.

Kitty, em nome do Conselho Editorial, agradece as palavras de estímulo de Renata. O espaço de discussão é um "filhote" da revista, que seria desejável poder sempre aproveitar da forma como ocorreu neste debate. Luís Celes deseja agradecer ao Departamento a possibilidade de ser lido em seu trabalho e de participar da discussão.

Em retrospecto, embora o artigo mais evocado tenha sido o primeiro - de Radmila Zygouris - a discussão girou em torno de questões levantadas por quase todos os trabalhos. O texto de Radmila, que impactou a todos os leitores, serviu como fio da discussão: o tema do acontecimento (representado pelo que, neste processo analítico?) Uma parte do debate teve esta referência) conduziu à questão do ato, daí à questão da sugestão e dos limites éticos da contra-transferência, culminando numa segunda parte nos problemas da ética e da metapsicologia mencionados por diversos participantes. Assim, autores e leitores tiveram a oportunidade de se ouvir, terminando a conversa num clima extremamente agradável e estimulante.

Renato Mezan

(Este texto será divulgado, como encarte, na Revista Percurso nº 12 para os demais assinantes, não-membros do Depto.).

DOS SETORES

Clínica

Decorridos quase dois anos de um intenso trabalho de concepção e estruturação de uma clínica psicológica para o Instituto Sedes Sapientiae, estamos no momento de implantação do Novo Projeto, um projeto

elaborado em torno de objetivos, princípios e estruturas que visam assegurar um trabalho qualitativamente diferente daquele oferecido pela clínica de cursos existente até então. Conforme os nossos comunicados através

de Boletins Informativos, circulares, reuniões com Setores, etc..., a clínica em vias de implantação é uma Clínica de Prestação de Serviços, calcada no tripé: Atendimento, Formação e Pesquisa e organizada a partir

de sete Setores de atividade, com seus respectivos Serviços, com uma coordenação ampliada e um coordenador "gerente".

Até o momento, caminhamos na estruturação de cinco Setores: Recepção e Triagem, Setor Centro Clínico de Crianças, Setor Centro Clínico de Adolescentes, Setor Centro Clínico de Adultos, Setor Centro Clínico de Terceira Idade e estamos concretizando a escolha dos coordenadores destes Setores. Estão praticamente definidos todos os coordenadores que foram eleitos diretamente pelos membros do grupo de trabalho que compõe os respectivos Setores.

Este processo democrático de escolha de coordenadores está assegurado pelo Projeto.

O coordenador gerente e os demais triadores, que terão contrato de trabalho explícito com o Instituto, estarão sendo selecionados a partir de agosto, quando um edital for divulgado contendo diretrizes em termos de cargo, perfil, etc... para as funções em questão.

A escolha destes candidatos ocorrerá nos moldes das demais escolhas do Instituto, mediante análise de curriculum, entrevistas, etc... e será de responsabilidade da co-

missão de seleção do Sedes com a participação de representantes do Novo Projeto Clínica.

Os demais Setores: Setor de Assuntos Externos/Convênios/Cadastro e Setor de Pesquisa, estão em vias de estruturação e estarão sendo implantados na medida em que os seus Serviços estiverem definidos e em condições de funcionamento.

Este é um momento bastante significativo para todos nós que estivemos envolvidos com este Projeto - é uma nova etapa de trabalho.

O grupo de membros do Departamento de Psicanálise que trabalhou até então, vem considerando que talvez seja o momento de, concomitantemente com a implantação, centrarmos forças na organização do Setor Clínica do Depto., que certamente será sustentáculo de um trabalho clínico de densidade e diretrizes importantes, não só no contexto de sua clínica específica mas num sentido mais global de Clínica Institucional.

Estivemos também, durante os preparativos do Congresso Interno do Departamento, realizando um trabalho em torno da "História e Memória do Curso e do Departamen-

to". Nosso objetivo inicial era o de refletirmos a respeito das experiências anteriores de clínica do Depto. e buscar subsídios para a estruturação de um novo Setor Clínica, inexistente em nosso Depto. atualmente.

O trabalho das entrevistas com membros e ex-membros nos surpreendeu em densidade e volume. Não foi possível elaborar o texto final até a data do congresso, mas percebemos que o tema despertou interesse em outros membros do Depto. podendo vir a ser aglutinador de um novo grupo de trabalho.

Assim, estamos convidando os interessados tanto no trabalho de "História e Memória do Curso e do Depto.", quanto nos trabalhos de implantação da Clínica do Instituto e estruturação do Setor Clínica do nosso Departamento, para comporem conosco um grande grupo de trabalho que estará levando adiante atividades que têm se demonstrado bastante prazerosas e, importantes em termos de trabalho, de reflexão e de circulação de idéias e afetos.

Grupo de Trabalho - Clínica

TESES

O Caso Hermes: a Dimensão Política de uma Intervenção Psicológica em Creche - Um Estudo em Psicologia Institucional - David Calderoni

Melhor do que fazer um resumo da minha dissertação de mestrado, cujo título estampei acima, convém apresentar o episódio que constitui o seu núcleo e motivo.

No dia 28/08/86, investido da função de psicólogo-supervisor da Prefeitura, encarregado de prestar assistência às Creches Municipais, tendo proposto junto às mesmas um Programa de Trabalho que incluía a intervenção nas relações institucionais e, articulado a isso, o psicodiagnóstico de crianças, atendi ao chamado para ver Hermes, 5 anos, considerado débil-mental e surdo, segundo o diagnóstico empírico das agentes que me convocaram.

Chegando à creche, uma professora buscou demonstrar as razões do diagnóstico empírico, submetendo Hermes, na minha presença, a uma prova. Assistida por outros agentes, tratou de confrontar a criança com um exercício psicopedagógico padrão, o qual consistia em pedir que copiasse os traços de figuras geométricas expostas num modelo. Como Hermes demorasse a esboçar algum movimento, a professora tomou-lhe a mão e, enquanto a conduzia de modo

a realizar os movimentos de cópia, ia dizendo: "Prá baixo, prá cima, prá esse lado, pro outro."

Revelando-se tal esforço impotente para propiciar qualquer sinal de aprendizagem por parte da criança, a professora deixou-a de lado, chamou-me a um canto e me pôs contra a parede: o que fazer? o que pensar? o que dizer?

Disse que não sabia.

Percebendo apenas que a inaptidão da criança como que se espelhava na impotência da professora, elogiei o seu empenho e, em seguida, convidando-a a "pensar junto", perguntei, de leve, se não teria havido pouco intervalo entre a instrução dada a Hermes e o momento em que sua mão passou a ser conduzida, diminuindo talvez a chance do menino manifestar-se, ainda que para errar. De todo modo, declarei, seria precipitado fazer qualquer consideração mais conclusiva - até porque, estava ali não mais do que para iniciar um processo psicodiagnóstico. Nesse sentido, quis fazer com Hermes o teste do Desenho da Figura Humana. Já ia me dirigindo à criança, quando a pro-

fessora, secundada pela pagem que a tudo presenciara, me advertiu de que seria melhor não propor o desenho a Hermes isoladamente, mas sim como uma tarefa comum a todos os seus colegas. Acatei a sugestão. Hermes foi então retirado da sala em que sozinho havia sido submetido ao exercício de cópia e, em outro ambiente, na companhia de seus coetâneos, ouviu as instruções do Desenho da Figura Humana.

Seu desempenho foi fora de série. Com efeito, desenhou três figuras humanas bastante estruturadas em meio a um conjunto de figuras geométricas mais complexas do que aquelas cuja cópia havia sido inicialmente proposta. As aptidões evidenciadas em nada ficaram a dever às de seus colegas. As agentes acompanharam tudo e deram uma boa olhada nos desenhos produzidos pelas crianças, antes que eu os recolhesse e desse por encerrada aquela primeira visita. Tempos depois, antes que eu voltasse à creche, pagem e professora compareceram à sede regional da Prefeitura em que eu me alocava e exibiram uma folha de exercício de cópia registrando desta feita um desem-

penho de Hermes perfeitamente compatível com o esperado de uma criança de 5 anos. Festejei com elas o progresso alcançado e indaguei como ele teria sido possível. A professora respondeu que havia bastado mudar o seu procedimento, introduzindo o exercício com as seguintes palavras: " - Hermes, hoje é desenho livre, a tia vai sair, você faz sozinho, sem usar borracha."

Compreendi então que essa situação selava o reconhecimento de que Hermes não era débil-mental nem surdo, mas sim alguém capaz de pensamento e de linguagem, culminando o movimento de reversão do diagnóstico empírico iniciado por ocasião do Desenho da Figura Humana.

É verdade que esse movimento contradiagnóstico iria ainda conhecer passagens cruciais, sobretudo no trabalho junto à mãe de Hermes. Mas o presente recorte é suficiente para delimitar o escopo da dissertação: tendo as providências diagnósticas sido acompanhadas de um contradiagnóstico institucional, procuro refletir sobre o processo conjunto que permitiu reverter a exclusão de Hermes, transformar o modo pelo qual era percebido e encaminhar um saber positivo sobre o seu psiquismo.

Imagina-se frequentemente que as relações institucionais implicam a reprodução de um conjunto de práticas. Nessa perspectiva, a instituição costuma ser encarada como uma estrutura de relações sociais que tendem a legitimar no movimento de sua própria oposição. Isso cria uma situação dramática nos que desenvolvem um trabalho psicológico em instituições, visto que o objetivo da

mudança psíquica se choca com a idéia de uma inamovibilidade determinada pela suposta natureza mesma do âmbito de atuação profissional. Contra essa visão teórica, pretendo ler no episódio que inaugura o Caso Hermes e nos seus desdobramentos a demonstração prática de que a noção de uma instituição reprodutiva é na verdade uma idéia produzida por uma operação imaginária forjada à força da repressão e do contra-vestimento do incessante movimento de diferenciação constitutivo, este sim, da natureza mesma dos sujeitos e de suas relações.

Assim como os fazeres e os saberes das funcionárias, de Hermes e do psicólogo induziram-se reciprocamente num movimento de abertura sem totalização definitiva, também as questões metapsicológicas e genéticas suscitadas pelo Caso desenvolveram-se rumo ao solo e ao horizonte interminável da cultura psicanalítica constituída por nós, leitores-autores.

Aqui, em esboço, algumas das vertentes do trabalho:

-o cruzamento da polêmica Le Guen-Lacan a propósito da fase do espelho com a análise da conduta e da produção figural-discursiva de Hermes, resultando na hipótese de que o sujeito constitui o seu ideal do ego antes de se auto-constituir como ego, com importantes conseqüências quanto à ética da intervenção psicológica;

-o postulado de que a estratégia espontânea de resistência e expressão de Hermes tenha radicado no exercício de uma potência lúdico-criativa referente à instauração de algo

semelhante ao objeto transicional de Winnicott (na medida em que, como este, move as fronteiras entre o eu e o não-eu), mas que, por concernir antes ao reverso de uma despossessão traumática que ao progresso de uma possessão habitual, diz respeito ao que denominei engenho instituinte;

-a correspondência dos vetores imaginários sobrepostos para fins de análise ao Desenho da Figura Humana de Hermes com traços feitos por ele, os quais justamente distinguem as figuras produzidas enquanto objetos imaginários, diferenciando-as de sua dimensão meramente representativa (nos termos da teoria de Francastel); e isso, por sua vez, permitindo franquear o âmbito das relações em que o imaginário (ou a fantasia) apresenta-se enquanto co-originário ao simbólico e ao real;

-a especificidade dessa função imaginária que não se opõe, mas se compõe com o simbólico e o real permitindo entrever a natureza do engenho instituinte como objeto próprio de uma Psicologia Política.

Na dissertação, procuro articular o nexo entre as dimensões política, ética e psicológica da intervenção mediante as noções de atividade/passividade. A intuição de base que guiou a apropriação dessas categorias consiste na idéia de que, sendo a ordem vital caracterizada essencialmente pelos fenômenos auto-poéticos, a passividade corresponde a uma abstração imaginária, sendo, portanto, uma forma de atividade.

David Calderoni

TESES

Reportagem

No dia 24 junho, tivemos a oportunidade de participar da defesa de tese de David Calderoni, na USP, sob orientação de Marlene Guirado e presenças de Sérgio Cardoso e Maria Luisa Sandoval Schmidt na banca examinadora.

Sérgio Cardoso é filósofo e, deste ponto de vista, teceu de forma bastante singular questões importantes, presentes em nosso cotidiano.

Enho aqui destacar, portanto, este momento da defesa da tese, com algumas curtas considerações do David, como uma possível contribuição e um convite à leitura do seu trabalho. (Uma cópia da tese e uma

fita de vídeo com sua defesa estão a disposição, com a Rose na Secretaria).

Sérgio Cardoso, depois de fazer vários elogios ao David em seu trabalho, ressalta o título em si como fundamental; trata-se de um caso. Isto significa se comprometer numa linha de extrema seriedade: uma ocasião de gênese e constituição da teoria. Um caso que dá forma ao campo de uma certa psicologia institucional resgatando, na trama das instituições sociais, a dimensão psicológica. Não é interiorização do social, nem parte no interior de um todo enquanto polaridades estanques; o autor mostra o indivíduo constituído como sujeito nas malhas do social.

Na busca de compreensão das formas de articulação entre o psicológico e o social, David escapa de uma experiência de indiferenciação de agentes postos em atividades burocrático-administrativas (e portanto de uma intervenção frustrada enquanto psicólogo) onde, sob a rubrica da multidisciplinariedade, mantêm uma sociabilidade sincrética na qual não se singularizam.

Para o sociólogo, continua Cardoso, há um determinado conjunto de práticas que tendem a se reproduzir. Os indivíduos seriam reprodutores de algo já dado, destituídos da condição de sujeito, ficando, desta maneira, destruída a possibilidade de trabalho do

psicólogo.

O trabalho de David se produz num movimento de acolhimento e enfrentamento, justamente através de uma brecha que se abre pelos impasses vividos pela própria instituição, onde ela já não pode, no limite, cumprir suas funções. E cita uma passagem da tese: "Uma criança que não aprende, uma professora que não ensina: uma instituição que não cumpre suas finalidades."

Frente a algo que já se passou milhões de vezes, a busca de um sentido prático reflexivo é posta pelo psicólogo. E essa atividade é ela mesma produtora de sentido. Pela implicação dos agentes institucionais no próprio trabalho do contradiagnóstico, caminha-se da conservação repetitiva para a inovação. (Maria Luisa S. Schmidt dirá que no movimento do contradiagnóstico, a desmontagem do diagnóstico empírico produz os deslocamentos que possibilitam o aparecimento de Hermes em sua subjetividade, a visão dos lugares institucionais que falam e atuam e da dinâmica dos mecanismos psíquicos aí envolvidos).

Mas voltando ao ponto em que deixamos Cardoso, continua ele: é aí que o trabalho ganha um cunho político: da passividade à atividade, este par subjaz ao par dominante-dominante, impotente-potente e daí por diante. Há uma transformação do burocrata-ator em agente-sujeito.

Esta tese mostra o quanto a análise política no interior das relações institucionais não pode prescindir da intervenção psicológica, ultrapassando assim a dualidade individual-social.

Mas quais seriam os respectivos campos da ação do psicólogo, do investigador ético, do pensador político? Quanto ao primeiro, o que se busca? A idéia da especificidade de um sujeito afetivo. O que são pois esses

afetos?, pergunta Cardoso.

O que está em causa, continua, são as representações imaginárias, simbólicas dos sujeitos inscritos nos grupos. A reprodução é pega no horizonte de produção de sentido e não na reprodução do instituído. Mas e o afeto?

Na desmontagem do discurso estabelecido, há a construção de um novo discurso contradiagnóstico, de tal forma que não há uma substituição do primeiro. Coloca-se a reflexão dos próprios elementos presentes na prática empírica, havendo assim uma quebra quase que amorosa no âmbito dos afetos mesmos...

E acrescenta ainda: há uma transformação dos agentes de que o próprio psicólogo não pode dar conta sozinho: o trabalho contradiagnóstico se faz em primeiro lugar sobre suas próprias significações.

Por fim, pergunta: o sentido político da intervenção do caso Hermes não está dado antes até da existência de Hermes pela existência no interior da instituição de um polo de resistência que não é subsumido pelas regras da instituição?

A partir daí David faz algumas considerações, agradecendo as questões que Sérgio Cardoso lhe oferece.

Primeiro retoma a seguinte questão: Em que medida o sujeito afetivo pode efetivar a passagem da perspectiva reprodutiva para a produtiva.

Numa reprodução, diz David, o que acontece seria uma produção de uma imagem segundo a qual teria havido a reprodução. É a produção dessa imagem é obra de uma abstração imaginária. E no imaginário está o âmbito em que o afeto pode reverter o viés reprodutivo.

Mais adiante afirma que o que existe na instituição que faz com que ele nunca se esgote no movimento de sua própria reprodução está inscrito indelevelmente na natureza mesma de cada agente e que será agente mesmo que apareça como cliente porque algo constitutivo da natureza de cada um deles é a imaginação, a capacidade de fantasia.

No "processo Hermes" existe nos agentes um engajamento no plano do saber, existe uma afirmação. Mas algo da potência interpretante dos agentes se entrava no diagnóstico empírico. Tratava-se pois de recuperá-lo, atravessando o medo da morte, da incompetência, constitutivos do regime da burocracia. O movimento do psicólogo trata-se de uma operação imaginária que vai ao encontro de um certo real. A condição de sua efetivação é de que houvesse uma verdade do objeto mesmo por cuja eficácia a verdade do psicólogo pudesse ter sentido. Uma atividade imaginária por cuja eficácia se pode resgatar movimentos de liberdade na instituição.

Algumas outras questões foram levantadas pelos dois mas este recorte foi feito a partir do que me chamou mais a atenção. Importantes contribuições foram trazidas por Maria Luisa Schmidt e estão registradas no vídeo acima mencionado. Os trabalhos foram encerrados com vários elogios feitos pela orientadora ao que considerou ser uma continuação e um enriquecimento de seus próprios trabalhos. Vale registrar a nota dez com louvor "pela inovação na contribuição de um campo de constituição na intervenção psicológica no âmbito institucional e pelo virtuosismo de interpretação dos elementos configurados no caso em análise".

Maria de Lourdes Caleiro Costa

DOS SETORES

Informes

Título

O Boletim tem a satisfação de noticiar que Renato Mezan foi aprovado Professor Titular do Departamento de Psicodinâmica da PUC-SP., em abril de 1994.

Publicação de Livro

Em agosto será lançado o livro de Maria Auxiliadora Arantes "Pacto re (velado): psicanálise e clandestinidade política", pela

Editora Escuta. A data e o local do lançamento serão divulgados pela editora.

Separata

O poster "Historicizando" apresentado no Congresso Interno já foi publicado em separata e pode ser encontrado na Secretaria do Departamento, com a Rose.

O poster "Curso de Psicanálise" elaborado pelo grupo de professores também estará à disposição à partir de agosto / 94.

Edição Especial do Boletim

O Boletim informa que, em função do Congresso Interno, suas datas de publicação estão alteradas; o nº 17 (Ago/Set) e nº 18 (Out/Nov) formarão uma única edição que dará cobertura aos acontecimentos do Congresso e estará chegando às suas mãos alguns dias após a 2ª etapa do Congresso Interno.

CONGRESSO INTERNO

Abertura

Mensagem da Comissão Coordenadora Geral ao I Congresso Interno do Departamento de Psicanálise/Instituto Sedes Sapientiae

São Paulo 18 de Junho de 1994.

Caros Colegas,

A realização deste primeiro Congresso Interno, torna-se mais um marco na história do Departamento de Psicanálise.

Ao longo de quase dez anos de produção teórica e clínica, textos, eventos e jornadas, conferências, debates, reuniões e seminários aproximaram e distinguiram, juntaram e separaram pontos de vista, opiniões, semeando o pontilhado que à distância nos configura e que de perto deixa entrever o singular e o diferente.

Movimentos de inquietação e de afirmação aglutinam e re-aglutinam, em contornos pe-

culiares, nossa constituição.

Tendo esta compreensão, este Congresso pretende, a partir da escrita e da palavra incorporar o novo, em sintonia com os tempos do milênio que se avizinha.

O debate teórico e o pensamento contemporâneo se vêm às voltas com o relativismo, com o divergente com o indecível. Que os possíveis impasses não nos paralizem e que tenhamos a perspicácia de buscar saídas criadoras e inventivas.

A participação em uma organização de psicanalistas, em nosso caso o Departamento de Psicanálise pode oferecer o estímulo para a fertilização de renovados processos de reflexão.

As linhas de fuga em busca de perspectivas ainda não percorridas em parte anunciadas nos textos e nos posters preparados para esta reunião e em parte já divulgadas nas

diferentes publicações do nosso Departamento, certamente oferecem subsídios para nos fazer avançar.

Ao ampliar a discussão do projeto para o departamento entendemos que esta é mais uma etapa na construção iniciada pelos que nos antecederam e certamente a ser prosseguida, pelos que virão a nos suceder.

A organização deste Congresso tem esta intenção: ser um "acontecimento" do qual somos ao mesmo tempo seu sujeito e seus artífices.

Fraternalmente.

Ana Maria Siqueira Leal/Cleusa Pavan/Eliana Vaz Macia/Elisabeth Antonelli Gaiarsa/Lucia Barbero Fuks/Maria Auxiliadora de Almeida Cunha Arantes/Maria Cecília Galli/Maria Lucia Bersow/Wilson Klain.

CONGRESSO INTERNO

Sinopse do Trabalho das Comissões

Após a abertura Maria Auxiliadora Arante dá informações sobre o modo de funcionamento do Congresso: distribuição dos Posters pelas salas onde os autores estarão disponíveis para discussão; formação de 3 grupos de trabalhos para apresentação e discussão dos textos previamente publicados no Caderno do Congresso Interno.

Na parte da tarde acontecerá a plenária onde cada grupo terá um representante para expor as conclusões do trabalho depois do que se abrirá a discussão.

Resumo dos resultados das Comissões de trabalhos

Comissão "A"

Coordenador Mario Fuks

Apresentação dos textos de - Adriana V. Morettin/ Luiz Carlos Menezes/ Maria Angela Santa Cruz.

Mario Fuks inicia o relato enfatizando a produção do grupo cheio de participações espontânea feitas com liberdade. Seu primeiro tema abordado é a experiência de mal estar permeando diferentes atividades do Departamento ligadas ao problema do reconhecimento recíproco, da escuta, da atenção dada ao trabalho dos colegas. É como

desdobramento questões relacionadas ao reconhecimento, autorização, das diferenças não digeridas que aparecem nos corredores, fora do lugar de origem.

As polêmicas não são sustentadas dentro do Departamento - vão acontecer em de outros espaços (Universidade por exemplo); as pessoas não são convidadas a expor as diferenças. Perde-se a oportunidade de desenvolver debates ligados ao momento histórico. O mal estar impede o Departamento de tomar posse de acontecimentos interessantes e as pessoas não se sentem reconhecidas para dar continuidade ao que começam.

O trabalho de Adriana Morettin convida a constatação: o que é difícil definir ao nível do Departamento acaba aparecendo no Curso; a ênfase na formação sobre-determina as modalidades de funcionamento em outras áreas.

Mario Fuks ressaltou o fato da discussão ter sido muito interessante e lamentou sua interrupção para obedecer ao horário estipulado pela Comissão Coordenadora Geral (C.C.G).

Flávio Carvalho toma a palavra para explicitar pontos importantes do debate e propostas finais. Retoma a questão do mal-estar

cultural na formação do Sedes; Cleide Monteiro dá o mote inicial, porque a indagação identitária passa sempre a frente do reconhecimento daquilo que fazemos. É difícil este reconhecimento e estamos sempre em busca de nossa identidade. O que marca nossa identidade é o interesse pelas questões sociais, mas isto não basta.

Angela Santa Cruz lembra que o mal estar pode ser produtivo, mas quando exagerado impede o reconhecimento do que se faz. Uma resposta possível a esta questão é nossa intransigência em relação as diferenças e sua condenação violenta; coloca-se panos quentes e as diferenças escorregam para os corredores, o que é pouco produtivo, ou melhor, a produção, acaba acontecendo fora do Sedes.

O Departamento fornece um lugar para o debate da produção dos seus membros? Maria Auxiliadora Arantes pergunta: estamos entrando em contato com os novos paradigmas da ciência? e Flávio Carvalho continua: estamos nos modernizando? Que intercâmbio nos é possível fazer com as outras áreas do conhecimento?

Cristina Ocariz retoma o tema inicial da formação e das diferenças - como o Curso

responde ao pedido dos alunos de formação e de habilitação? O Curso e o Departamento são definidos de um lado por uma totalização identitária, e por outro como um espaço onde cabe a pluralidade. Adriana Morettin, enquanto aluna do Curso enfatiza que o conflito a nível do Departamento aparece no Curso criando um conflito entre o ideal de formação e a abertura para a singularidade. E a função do aluno? Houve um tempo em que os alunos participavam das decisões relacionadas aos rumos de sua formação e neste momento estão sendo chamados novamente para opinarem; como se dá então a troca da produção entre os membros do Departamento? A revista *Percurso* é um canal oficial e formal para tal troca. Apesar deste canal há a questão relacionada com as diferenças e a tolerância em relação a elas. Maria Auxiliadora Arantes observa que as pessoas não se apropriam deste espaço e se inserem em outros espaços para prover esta necessidade. Márcia Mello Franco observa como o "fora" aparece diversas vezes no debate: via outras ciências, outras instituições e ainda quando se pensa no próprio grupo, setor ou no Sedes e a partir dos próprios Setores - o trabalho flui bem dentro dos setores mas patina quando é pensado no conjunto.

Neste momento se propõem a reabertura do Espaço Aberto a instalação de um simpósio anual, de fórum permanente de debate. Ficou perdida a função do Departamento como núcleo de formação permanente, um meio para reflexão conjunta e intercâmbio; tem-se desperdiçado a riqueza deste espaço.

Comissão de Trabalho "B"

Coordenador Renato Mezan

Apresentação dos textos de - Ana Maria Sigal/ Daniel Delouya/Grupo Clínica/

Renato Mezan inicia com o tema da Clínica do SEDES, seu papel na formação, a opção entre clínica-escola ou de prestação de serviços, e como estas opções se refletiriam na formação. No Curso de Psicanálise os alunos são considerados colegas psicanalistas ou há vários tipos de diferenciação e discriminação? Um dos participantes lembra: aquele que atende na clínica é aluno e aluno não é colega; os alunos deixaram de atender na clínica porque isto marcava uma posição que não era desejada. O tema do reconhecimento aparece então claramente explicitado na pergunta: "os alunos são mesmo colegas ou não?" Ana Maria Sigal introduz a diferença entre ideais, sintomas e ideologia: os passos necessários para realizar os projetos do Departamento são realizações de ideais de acordo com circunstâncias que mudam ou isso é sempre sintoma porque as mesmas questões se repetem aos longo dos

anos. Volta o tema das diferenças: entre nós e os outros, quais discursos psicanalíticos são incluíveis no Departamento? A discussão final se concentrou sobre o reconhecimento e a autorização - palavras que são usualmente empregadas como tendo o mesmo sentido - mas retirando delas a idéia de hierarquia, jogo de poder; o que está em pauta são modos de convivência e de apreciação recíproca. A discussão foi privilegiando o reconhecimento do ponto de vista de quem o procura: reconhecer outro, professor, supervisor para que este participe da sua formação: "reconhecimento de baixo para cima". Importante é ressaltar esse ponto: a escolha da pertinência já é um primeiro momento de reconhecimento. O que se reconhece? Lembrou-se que a pergunta sou ou não analista é retroativa pois só é feita depois de algo já realizado ou de um momento que passou e que se materializa em atos de reconhecimento: por exemplo a validação de uma monografia, aceitação de um artigo para publicação um tema formulado e que é discutido. Esta modalidade de reconhecimento, isto é, quando se apresenta algo para ser reconhecido, tem um incidência narcísica e identificatória importante: põe em movimento um processo de auto-reconhecimento. Até que este processo de ser reconhecido se torna suficiente. Lembrou-se que os procedimentos formais de reconhecimento não eliminam o fator subjetivo. Fato esse que não pode ser objeto de deliberação legislativa pela instituição. Assim se pergunta: é ou não desejável que o Departamento institua formas de graduação e progresso, devem ou não existir diferentes categorias de membros, isto é, aqueles que já realizaram x ou y e aqueles que não. Qualquer que seja a resposta o desejo de reconhecimento não pode ser resolvido por este caminho.

Renato Mezan acrescenta ao seu resumo o seguinte: qual é o reconhecimento que nós membros do Departamento temos PELO e DO Departamento; o quanto ele é investido por nós como instância reconhecedora. Continua: algumas pessoas relatam a importância de poder ter apresentado sua produção no Departamento e de ter esta apresentação promovido uma evolução na sua atividade clínica e de estudos. Até que ponto aceitamos e admitimos o Departamento como esta instância de reconhecimento? Bradamos por reconhecimento mas até onde investimos na instituição como legítima reconhecedora daquilo que queremos ver reconhecido?

Finalmente, lembra: o grupo da Clínica convida oficialmente os alunos para participarem do projeto; para tanto basta que procurem os documentos sobre o assunto

com a Rose e se integrem aos grupos já existentes. A clínica do SEDES se oferece como alternativa para iniciação na atividade analítica uma vez que a prática nos consultórios privados enfrenta uma crise recesiva.

E. W.

Comissão de Trabalho "C"

Coordenador Janete Frochtengarten

Apresentação dos textos de - Gislaire Varella Mayo/Márcia Arantes/Silvia Alonso. (a síntese que segue foi feita por Janete Frochtengarten e M^a Inês Giora).

A partir das apresentações dos trabalhos foi aberta a discussão que prosseguiu até o final do tempo que o grupo dispunha: aliás a conversa foi interrompida para que o prazo de término fosse respeitado. A impressão geral foi de que a troca de idéias - e até mesmo a oposição - poderia prosseguir pois houve um clima intenso de mobilização e de possibilidades de escuta mútuas quer entre as pessoas que escolheram participar desta comissão de trabalho quer entre as mesmas e os apresentadores da Mesa.

No relato que estamos fazendo da discussão que se processou reuniremos o que foi gerado a partir de cada apresentação, contrariando a ordem cronológica e privilegiando a possibilidade de aglutinação em torno de temas.

I - O trabalho de Gislaire e sua discussão

A partir de cursos dados para profissionais de saúde mental nos quais são transmitidos fundamentos de psicanálise observa-se que esta pode ser estudada por pessoas com perfis diferentes do habitual ocorrendo então uma desmitificação tanto no sentido de quem transmite como no sentido destes trabalhadores.

Esta colocação valoriza imensamente a função prática-teoria ou seja, ha um olhar para o saber contido na prática (desmistificação do saber instituído como absoluto). O discurso é resignificado a partir de uma prática que contém um saber intrínseco. As questões que emergem dizem respeito à possibilidade de mistificação que gera fixidez paralisante e pouca criação do ponto de vista da articulação teoria-clínica.

II - O trabalho de Márcia Arantes e sua discussão

Ao falar de seu texto ressalta que a questão da autorização assim enunciada: "não autorizamos enquanto instituição, o indivíduo se autoriza e a instituição o reconhece" contém na atualidade um equívoco. Esse enunciado não se constituiu em equívoco no passado quando era pertinente; mas, atualmente, ele precisa ser resignificado. Reconhecimento e autorização são atos que

se implicam. É importante entender que o reconhecimento que não traz explicitado as crenças, as teorias e as idéias que o sustentam em seus próprios parâmetros, corre o risco de ser um reconhecimento narcísico, imaginário que captura e paralisa toda a possibilidade de criação.

Alguns aspectos que surgiram no grupo a partir daí:

- mesmo que o processo de constituição do "ser analista" seja individual o sentido da instituição enquanto um espaço coletivo seria o de oferecer sustentação para esta construção - que assim ultrapassaria o seu momento narcísico imaginário
- a autorização seria um momento mais plenamente narcísico, no sentido da busca em um outro idealizado daquilo que em si próprio já está de certa forma idealizado. O reconhecimento acrescentaria a este aspecto narcísico a vertente trazida pelo reconhecimento na interlocução; aqui a lei se faz presente, configurando a passagem do conhecer em si próprio para o reconhecer-se através do outro.
- diferenciação da questão de autorização - reconhecimento de critérios de avaliação que a instituição possa propor. Os critérios são da ordem organizacional; a autorização e o reconhecimento são da ordem do analítico.
- a instituição SEDES, pela sua própria organização, oficializa apenas dois lugares professor e aluno. A questão é como, neste âmbito, transforma esta díade em produção de autorias.
- autorizar é dizer do permitido e o termo não implica necessariamente em autoritarismo (este último é um deslizamento do primeiro). Autorizar é lidar com a interdição em sua dupla face: o que é interdito e o que é possibilidade.
- na medida em que não entendemos os campos do poder que se produzem na

instituição e o trânsito que nele se dá é impossível pensar de fato nas questões de autorização e reconhecimento. As próprias autorias são perpassadas continuamente por estes campos e por este trânsito.

- é necessário que juntamente com a discussão teórica sobre a autorização-reconhecimento abram-se os espaços de produção, de troca entre pares, para que a discussão não fique estéril; e também para que a produção que os membros do Departamento tem apresentado fora do mesmo passem a aparecer dentro.
- essa discussão não foi inventada por nós. É na análise pessoal que o analista encontra seu lugar e sua função; a autorização é dita de si mesmo assim mesmo e por isto ela seria um reconhecer-se.
- o reconhecimento dá-se através da clínica. Questão: até que ponto esta discussão não está na ordem do dia na medida em que há um esvaziamento dos consultórios e uma conseqüente necessidade de um apoio institucional para o reconhecimento? Estamos aí em pleno espaço de social.

III - A partir do texto de Silvia Alonso

Levando-se em conta a influência inegável do "extra-muros" na formação e nos mecanismos de autorização-reconhecimento o Departamento de Psicanálise deveria surgir como um lugar da confluência das questões da Psicanálise com as questões sociais mais amplas.

- As instituições deveriam refletir em seus micro contextos o que ocorre no social, a fim de que pudesse ser elaborado e se passasse a uma produção no próprio âmbito do social (vide discussão trabalho Gislaïne).
- Seria importante que o candidato ao curso recebesse mais claramente a explicitação de que a formação não começa nem termina no Curso.

- A estrutura narcísica na transferência se monta a partir da delegação de um saber ao analista. Como se sai dela? Pela possibilidade de cada um construir sua história de sujeito e a autoria que assim é conseguida. Numa instituição psicanalítica devemos seguir uma via semelhante através do fornecimento de um interlocutor para ajudar a construir e fortalecer esta autoria (que é permanente).
- A procura do reconhecimento é uma procura válida. Transforma-se em sintoma quando ao longo da história do movimento psicanalítico assume um lugar de marca, mero emblema, nessa procura de prestígio. Essa procura não é sintoma quando é uma busca de reconhecimento através do mostrar, o que se pensa, faz e produz - dar-se a conhecer a um outro e assim ser por ele reconhecido.
- Os termos reconhecimento e autorização não estão suficientemente discriminados.

Precisamos discriminar mais finamente o que se diz quando se diz "autorização" e o que se diz quando se diz "reconhecimento". Há momentos em que parece haver acordo dentro da divergência. A divergência básica seria: continuamos a sustentar ou não a autorização ou passamos a sustentar a autorização. Dentro destas duas posições há um ponto de convergências: a instituição deve poder prover uma condição de interlocução que seria a possibilidade de um reconhecimento vivo e não cristalizado em normas exteriores a produção. Na condição de interlocução os conflitos podem ocorrer e ganhar expressão simbólica que circule. Há momentos em que a questão não parece tanto ser autorizar ou reconhecer mas o que está subjacente ao que se coloca como autorizar e como reconhecer - que fundamentalmente é cristalizar, paralisar OU criar.

CONGRESSO INTERNO

Plenária - Síntese

Optamos deliberadamente por manter o mais fielmente possível o relato do debate tal qual aconteceu, consideramos que assim seria mais fácil cada um formar sua opinião sobre o resultado da plenária.

A Mesa oferece espaço para que os autores dos Posters usem a palavra.

Mania S. Deweik inicia o debate avisando que não houve tempo hábil para remeter o Poster "Historicizando" e por isto não foi

publicado no Caderno do Congresso Interno (ver Informes); compara o esforço realizado neste Poster com o trabalho do grupo da Clínica que entrevistou membros e ex-membros do Departamento. Relata como foi pensado e realizado o trabalho. Privilegiaram, num primeiro momento, questões que se repetiam em diferentes documentos produzidos no SEDES (Atas, boletins,); referentes aos membros, à pertinência, à

autorização e ao reconhecimento em relação do curso com o Departamento. Algumas destas questões foram sendo pensadas e respondidas, outras se transformaram em novas questões.

Janete Frochtengarten relata a experiência da discussão do Poster: do prazer da conversa informal, da conversa ENTRE; a realização do Poster foi motivada pela pergunta: Qual o lugar do dinheiro na psicanálise,

na sessão. Na literatura ele tem sido tratado como equação simbólica, mas não é só isso. Ele também nos sustenta materialmente. E o recibo? Não se conversa sobre isto - e hoje via o Poster, a conversa começou, além de fato de circulação libidinal, proponho o dinheiro como fato de circulação social - e onde está a singularidade do sujeito? Procuo passar do raciocínio "ou/ou" para o "e" isto é, incluir. Minha dificuldade está neste ponto de intersecção.

Maria Auxiliadora Arantes comenta que seu Poster já foi discutido no grupo I mas quer acrescentar uma das observações feitas: "privilegiei os aspectos da teoria, da formação teórica, e não ressaltei a análise pessoal".

Renato Mezan: muitas pessoas vieram discutir o Poster que apresentei, fizeram sugestões úteis sobre a questão dos estatutos de sociedade civil cuja criação estamos propondo via revista Percurso. Peço a estas pessoas e as que leram e não tiveram oportunidade de se manifestarem que encaminhem as sugestões por escrito para que possam efetivamente ser utilizadas.

...O debate é aberto

Kitty Haasz: o Congresso Interno apresenta duas vertentes. De um lado a discussão sobre reconhecimento e autorização; de outro abrir espaço onde este reconhecimento e autorização possa circular. Por exemplo o Poster da Janete já produziu este espaço de interlocução. O Congresso se pergunta sobre o espaço mas já o está criando. As propostas que ouvi dos outros grupos de trabalho, a sugestão para se retomar o Espaço Aberto, a iniciativa da Percurso reunindo quem escreve e quem lê as sugestões contidas no Poster da pesquisa (sobre a Investigação) - isto tudo além de ser criado deve ser sustentado. E como vamos fazer isto?

Regina Célia Carvalho: lembrando do evento que a Sociedade de Psicanálise vai promover, perguntou como podemos combinar a idéia do grupo A que enfatiza nossa predileção pelo social com a teoria: que sugestão o grupo A e C poderiam fazer para produzir esta combinação.

Eliane Berger: gostaria de lembrar, uma vez que falamos de reconhecimento, que estamos num ano eleitoral, isto é, estamos num clima tal onde nos perguntamos: com quem vamos nos aliar? Que produção nos será possível realizar neste ano? E especificamente na área de Saúde Mental, tendo em conta este momento histórico, pré eleição, que vivemos?

Mario Fuks: Eliane me dá uma boa oportunidade para informar a vocês sobre uma reunião do Setor Saúde Mental e Instituições onde se decidiu constituir uma Comis-

são sobre política em Saúde Mental; ali se colheram idéias e posições quanto a problemas de Saúde Mental que possam ser levados para e discutidos com políticos, justamente neste ano eleitoral. (Mario convida Angela Santa Cruz para falar por ter sido sua a proposta). Se a não autorização tem sido a bandeira que nos caracteriza podemos dizer que é uma bandeira pequena demais. No seu trabalho Angela examina de forma interessante a tendência a produzir um efeito identitário que cria empobrecimento, reduções, cristalizações. Estou propondo que o efeito identitário não se produz somente a nível do individual mas também do coletivo. Considerar que nossa bandeira é a anti- autorização tem um efeito redutor a nível coletivo; temos tido encontros coletivos institucionais entre a Psicanálise, movimentos políticos intelectuais, sociais, com a Universidade, com instituições como a nossa que é resultado da implicação do analista como agente político, como trabalhador em Saúde Mental. Não é possível reduzir nossa instituição como aquela que não autoriza e defini-la como anti modelo. A outra vertente é o efeito redutor do identitário a nível do coletivo quanto a formulação de ideais, de projetos - o trabalho da Angela possibilita pensar neste sentido.

(A intervenção de Angela Santa Cruz, Cleide Monteiro, Daniel Delouya, David Calderoni, Laurinda Ribeiro, Mário Fuks, Wilson Campos que vêm a seguir ficaram lamentavelmente mal registrados na fita; reproduziremos precariamente suas contribuições. Esperamos poder num outro momento retoma-las individualmente e quem sabe reescrever este trecho da plenária).

Angela Santa Cruz: a plenária é uma formação limitadora; há uma diferença na produção que está havendo agora e aquela que aconteceu nos pequenos grupos. Há várias propostas muito interessantes desde a construção de espaço de pesquisa, como compor uma Sociedade Civil, conseguir verba para pesquisa até a discussão da política de Saúde Mental desenvolvida por um governo. O "quente" da discussão está se perdendo porque não está se conseguindo encaminhá-lo.

Cleide Monteiro: privilegia na sua fala os desdobramentos determinados pelo fato do curso ser a porta de entrada no Departamento e o que transforma uma pessoa em membro: a questão da avaliação e do reconhecimento. Enfatiza que há temas muito interessantes para serem discutidos no que diz respeito ao curso.

Daniel Delouya destaca um tema: a implantação de projetos de pesquisa; propõe que ao invés deles serem longamente discutidos, rediscutidos, que o Departamento abra espaço para implanta-los e depois avalie-se.

Se vingarem permanecem, se não, são retirados.

David Calderoni dá ênfase à importância política da entrada dos alunos no atendimento da clínica; discorre sobre a questão Curso x Departamento e se refere ao Departamento como "Setor Departamento".

Mario Fuks retoma a fala de David e se propõe a falar no seu lapso "Setor Departamento" e sugere o descentramento entre Departamento e Curso. O Curso é o que tem mais forma no Departamento e além disso resta pouco, o que acontece no Curso determina fatos no Departamento. Fala sobre a entrada no Departamento e sugere que os alunos também entrem, qu : entrem todos.

Laurinda Ribeiro continua desenvolvendo o tema Curso x Departamento e lembra que a ênfase está sempre colocada sobre a continuidade e agora estamos encaminhando a questão para a descontinuidade.

Márcia Arantes centraliza sua participação neste momento na pergunta: como se processarão as sugestões feitas?

Wilson Campos sugere a abertura imediata do Espaço Aberto e pede que a CCG cuide da sua efetivação. E ainda: que o Espaço Aberto não seja só mais um Espaço.

Renato Mezan retoma a crítica de Angela Santa Cruz sobre a forma da plenária. O momento da plenária é de menos excitação que nos pequenos grupos de trabalhos onde surgiram uma quantidade inacreditável de idéias que obviamente ficam reduzidas a uma comunicação de apenas 15 minutos que tenta reproduzir discussões de 2 1/2 horas. Apesar disso é uma etapa indispensável para que todos possam ter noção do que aconteceu em cada um deles. Mas este é um ponto que me parece difícil no nosso funcionamento: há momentos de produção de discussão e criatividade, mas também de decantação, sedimentação. Tem que haver uma certa calma para pensar, para dar tempo para que algumas idéias sejam escolhidas e outras caiam por si mesmas, como lembrou o Daniel a respeito do seu projeto. Há uma certa voracidade maníaca como se devermos passar em seminários intensivos sobre todo tipo de questão; há necessidade de um tempo de sono para se elaborar um sonho. Momentos interessantes, dramáticos, vivos se alternam com inevitáveis redundâncias, repetições, falas confusas, isso acontece e é importante. Faço aqui um contraponto: entre momento de grande atividade e de sossego para pensar, definir questionar.

A outra observação é a respeito do Espaço aberto, da reunião Clínica, continua Renato.

No Departamento funcionam bem uma série de atividades e discussões onde acontece o reconhecimento, onde não há autorita-

risimo, exibição narcísica. Algumas atividades externas como o Sctor de Saúde mental e a Revista. Outras internas como o funcionamento do curso que vem se tornando melhor. Esta mais dezoito, mais consistente, mais pensado. Os problemas vão surgindo e vão sendo resolvidos. Há um vasto setor de atividades que funciona bem. O ponto nevrálgico que suscitou o Congresso Interno é o trabalho clínico. Há um certo mal estar entre nós como se fosse assunto de intimidade de cada um. As queixas surgem exatamente quando se propõe espaços, atividades onde os assuntos se referem ao que se passa no nosso consultório, no trabalho institucional. Sugiro que se pense com calma na idéia do Wilson em restaurar o espaço de DISCUSSÃO clínica e torná-lo efetivamente importante dentro do Departamento. Mas só vai se realizar se investirmos como fazemos em outras atividades e discutirmos o que acontece quando analisamos. O que nos constitui como analistas não é a publicação de uma revista, a intervenção política social, mas singelamente o fato de que se fecha a porta várias vezes para ouvir o outro se queixar da vida, ajudá-lo e a nós mesmos. Há um certo mal estar em relação a isto e é aí que surge esta confusão interna a respeito da problemática do reconhecimento. É como se o Departamento funcionasse bem na periferia, na aplicação da psicanálise e no âmago mesmo do trabalho psicanalítico nós estivéssemos menos adiantados. Não é motivo para queixa ou lamentação mas foi assim que viemos nos constituindo; esta relação entre curso e Departamento existe há 20 anos e de todo esse trabalho inacreditável gigantesco resultou esta situação.

São estas as questões com as quais, ao meu ver, nos defrontamos hoje e para as quais temos que procurar encaminhamentos na segunda parte do Congresso de modo que venham a ser menos insatisfatórias. Há uma quantidade muita grande de idéias e propostas que devem ser sistematizadas para a 2ª etapa do Congresso para que se sinta que efetivamente avançamos entre junho e setembro na delimitação e reflexão sobre as questões surgidas aqui.

Mario Fuks: o lugar onde a discussão clínica acontece prioritariamente, isto que você (Renato) diz que não se sente no Departamento que parece separado do Departamento é no CURSO. No Curso se fala do que acontece nos consultório, se fala quando o aluno recebe um paciente, como trabalha com ele, se fala quando um professor recebe um paciente, como trabalha!!! É no CURSO que se produz isto. Há uma espécie de predomínio do Curso sobre a forma de produzir esta interlocução. Como pretensamente não se quer ter professores e alunos dentro do Departamento não se tem outra forma de incluir essa discussão e interlocução pelo predomínio do outro. Um dos elementos na própria sistemática do Curso que lhe dá consistência e em torno do qual se tem trabalhado muito, desenvolvendo critérios, tem sido a inclusão dos alunos no curso. Temos de produzir a inclusão de membros DENTRO DO DEPARTAMENTO e que esse seja um processo que tenha passos, que possibilite falar de si e do que quer que seja com alguém ou "alguéns", com um grupo, com uma comissão ou com aquilo que inventarmos. Que seja um processo, isto é, que tenha um caráter NÃO FORMAL. Sugiro que a Comissão Coorde-

nadora Geral pense em forma de ir produzindo um aquecimento que escolha temas expositores; gostaria de discutir este assunto com mais profundidade. A primeira parte deste trabalho foi muito boa, ajudou realmente a aquecer.

Janete Frochtengarten: quero parabenizar a Comissão Coordenadora que nos proporcionou este Congresso e feliz encontro. Foi bem organizado, as circulares constantes nos davam conta de cada passo da organização. Devem ter existido falhas e concordo com a Angela que alguma coisa se perde mas não vejo no momento outra forma possível. Mas este é um meio construtivo para colaborar e encontrar formas melhores. Mas apesar da precariedade relativa da plenária em relação aos pequenos grupos saiu daqui hoje uma idéia importantíssima: a abertura do Departamento por outra porta que não o curso. Isto nunca foi falado com tanta clareza e está ligado a aquilo que Cleide trouxe. Acredito que este tema tem a ver com a segunda etapa do Congresso. Poderemos dar andamento a estes temas na medida em que ficarmos reasssegurados de quem é membro, de quem não é, de como se faz um membro, se se é membro permanente ou não.

Maria Auxiliadora Arantes: encerrando o dia, queremos fazer um agradecimento especial a Rose e nos inspiraremos no que disse o Renato sobre sono e sonhos. Que estes restos que ficaram se enganchem na próxima etapa e que possam então ser elaborados.

Muito obrigado.

E. W.

SOBRE O CONGRESSO

Quem Somos.....? e Como Somos? (A Partir da Comissão de Trabalho A)

Resumir aqui em poucas linhas a amplitude das questões em que tocamos, traduzir algo da vivacidade com que as idéias se expressavam, sintetizar em palavras o calor e o visível prazer com que pessoas se punham a dizer aquilo que pensam é uma tarefa que de saída se coloca como impossível; mas, ainda assim algo pode ser dito, mesmo com os recortes e mutilações inevitáveis numa tarefa como essa.

Privilegiarei um dos aspectos da discussão que pareceu ser seu mote: "Porque o mal estar que vivemos em nossa instituição, nos leva sempre a pedir por uma identidade e não nos tem levado ao reconhecimento daquilo que fazemos?"

Será que presos na malha identitária caímos na paralisia? Ficamos presos aí, por nossa intransigência em lidar com o diferente? Ficamos como Narciso, impedidos de olhar para algo fora e além do espelho por medo de perdermos a identidade frágil e fugaz que não suporta ser posta à prova sem o risco de esvanecer-se como ocorre sempre com aquilo que é mero reflexo?

Falou-se muito do quanto é difícil em nosso departamento a utilização dos espaços organizados para que discutamos nossas idéias, para que constatem nossas diferenças, para que circulemos e nos reconheçamos por aquilo que fazemos.

Reconheceu-se o impasse com que nos de-

frontamos diante da polaridade que nos colocamos entre termos um perfil claro e preciso e com isso cairmos na ilusão do saber totalizante e, não termos perfil algum e assim ao ficarmos sem contorno, tudo cabe, e o limite não existe.

Nos equilibrarmos nesse fio de navalha, atendermos a essas duas exigências que se colocam para nós - a de termos algum perfil, nos re-conheçermos como analistas dessa instituição, cuidadosos com nossa formação e ao mesmo tempo darmos lugar para a pluralidade, privilegiando a explicitação das diferenças, como ação criativa, garantidora e propiciadora de nossa singularidade, essa é a tarefa que pode ter-se colocado para

cada um de nós.

A reativação do espaço aberto como espaço privilegiado para circulação e debate de idéias e a realização anual de um simpósio como espaço coletivo necessário para o tratamento das questões abrangentes do departamento surgiram como propostas con-

cretas para começarmos a fazer circular o mal estar de maneira criativa.

Será que sabemos algo mais sobre nós depois desse congresso? Será que ao lado de tantas perguntas podemos também afirmar algo sobre nós?

Creio que podemos, sim, afirmar nossa co-

ragem para começarmos a nos olhar, olho no olho, para começarmos a nos escutar apesar das dificuldades.

Tivemos sim, muita coragem!

Marli Ciriaco Vianna
Setor Grupo de Estudos.

SOBRE O CONGRESSO

Algumas Considerações

Terminado o Congresso e toda a trabalhadeira que o acompanhou, gostaria de, em primeiro lugar, deixar marcado o clima de respeito e confraternização com que o evento transcorreu.

Particpei do grupo de discussão dos trabalhos de Gislaïne Varela Mayo, Sílvia Alonso e Márcia Arantes.

Meu objetivo é destacar desta discussão alguns pontos que me pareceram significativos e relacioná-los com algumas conclusões a que fui levada através do meu trabalho no pôster "Historicizando". Não sei se procedo a uma simplificação grosseira ou a uma generalização indevida, mas minha hipótese é a de que poder-se-ia tomar os três trabalhos como amostras significativas de campos de idéias/posições/posturas/vigentes dentro do Departamento. Os trabalhos eram densos e incitaram à reflexão. A primeira autora (Gislaïne) fala de seu fascínio pela "importância das transformações que a psicanálise pode operar no psiquismo humano" e salienta sua satisfação em poder promover junto aos profissionais de Saúde Mental mudanças de postura que "mudam o olhar dos terapeutas sobre suas próprias produções, podendo levá-los à valorização e enriquecimento através da junção da teoria com as práticas clínicas". Foi um texto alentador e uma fala de quem se sente podendo trocar experiências positivas. Os trabalhos da Sílvia e da Márcia traziam, num primeiro momento e tanto e quanto pude elaborar, propostas opostas. O de Sílvia apreende as contradições dentro de nossa instituição psicanalítica como um mal-estar inevitável que deve ser administrado através da criação de espaços de interlocução cada vez maiores que permitam a construção e a circulação do simbólico.

Seu texto e sua fala parecem alertar para os perigos de associar a análise pessoal à obtenção de um produto acabado, o possível ranço de se querer um analista ideal, o receio de que a transmissão se transforme num dogma com seguidores unidos pela fidelidade a ele, excluindo diferenças.

Márcia, por sua vez, enfatiza os tropeços de nosso projeto de formação que parece favorecer o deslizamento entre autoritarismo e autoridade, gerando formações de compromisso. Sua proposta, respaldada no próprio processo de constituição do sujeito, é o de que a nossa instituição psicanalítica possa criar dispositivos claros para que o analista se autorize e se reconheça como analista desta instituição.

Temos aí três posturas, três enfoques, três vértices diferentes que constituem o triângulo por onde parecemos circular neste Departamento. No primeiro vértice satisfação e o orgulho de podermos produzir e reconhecermos nossa produção como útil; no segundo, a convivência com os perigos da esclerose e a necessidade de evitá-los através da circulação da produção em diferentes níveis; no terceiro, o desejo de explicitar formas de autorização que evitem reconhecimentos narcísicos e imaginários, inibidores de qualquer processo criativo.

O Congresso foi dividido em duas partes. Esta primeira, creio eu, dedicada à reflexão, ao levantamento de questões, à explicitação do que gostaríamos que a formação pudesse ser, ao desvelamento de nossas expectativas em relação ao Departamento como uma possível instância agregadora de analistas em diferentes momentos de formação. Concordo com a saudosa Regina Chnaiderman em seu artigo "Política de formação em Psicanálise" (publicada no Percurso nº 1) que define a atividade do psicanalista como um projeto de transformação. Transformação definida como um poder ser, como um processo de desalienação que implica por um lado o reconhecimento do desejo de ser analista e o desejo de ser reconhecido. Duas faces de uma mesma moeda, dois momentos complementares e vitais de um mesmo processo.

Parece-me que o reconhecimento do desejo

de ser analista se faz por parte de cada analista no recôndito de sua análise, nas relações transferenciais que estabelece, na teoria que abraça, na vida que escolhe e pela qual é escolhido. Mas se faz também dentro da instituição à qual escolheu pertencer (uma vez que não há possibilidade de "analistas autônomos", desligados de qualquer instituição) e através do uso destes "espaços coletivos de circulação e construção do simbólico". Aí creio que a proposta da Sílvia encontra seu sentido pleno.

Quanto à segunda face da moeda, o desejo de ser reconhecido, a proposta da Márcia de dispositivos institucionais possibilitando projetos identificatórios, fala de mecanismos por onde poderia circular o reconhecimento de projetos e de analistas de uma instituição. Quero salientar que para mim o mais importante deste contribuição é a idéia de que a instituição não tem como incumbência designar quem é ou não analista, mas identificar quem é analista desta instituição através do seu trabalho e de sua produção.

Assim sendo, as duas propostas que num primeiro momento me pareciam exclusivas e opostas acabaram por me parecer complementares, necessárias, dois aspectos diferentes que respondem a um mesmo fenômeno.

Como usá-las, de que forma viabilizá-las, como transformá-las em atos é um processo que demanda discussão e aprofundamento. Mas, desde já, quero apontar que poderiam ser utilizadas para conter e trabalhar algumas questões que têm sido matéria prima de reflexão neste departamento. Aí é que entra a segunda parte do meu exposto e as conclusões a que me refiro no trabalho de elaboração do pôster.

À guisa de lembrete (já que isto consta dos "Cadernos do Congresso") o trabalho consistia em pinçar e coletar nos nossos docu-

mentos institucionais (atas, Boletim e documentos vários) falas, decisões, opiniões, questões que se apresentam de forma reiterativa a fim de juntá-las e contrapô-las dentro de um novo contexto, com o objetivo poderem ser re-significadas.

Percemos neste caminho que alguns temas encontraram um destino satisfatório, outros deslizaram para outras questões tomando novas caras enquanto outros continuam brutos, intocados reaparecendo com insistência.

Dentre estes a questão "Que são os Membros do Departamento" aparece desde as atas de fundação é assunto de discussão acalorada em 85/86, tema da gestão 87/88, assunto principal da Assembléia de final de 88, surge como preocupação da gestão 89/90 e acaba por deslizar e se acoplar à questão do pagamento. São, portanto, membros do Departamento todos aqueles que pagam sua semestralidade.

Espantosa saída que assim posta provoca estranheza e desconforto.

A questão da pertinência é outro tema que preocupa desde a fundação do Departamen-

to e que aparece de forma reiterada.

"O que fazer com os pedidos de pertinência?", "A quem encaminhá-los?" "da necessidade de uma comissão que os receba", até que paulatinamente desaparece, esmaecida pela vaga resposta: "pertence ao Departamento quem assim o desejar". Novamente espanto e estranheza.

As relações do curso com o Departamento são outro aspecto, matéria de questionamento repetido. O Curso aparece com um setor diferenciado dos demais, "única porta de entrada do Departamento", aquele a quem cabe a seleção de alunos e professores, portanto dos futuros membros do Departamento" e é o "único setor fechado aos membros do Departamento para participação".

Uma fala recorrente é: "Os únicos lugares reconhecidos nesta instituição são os lugares de professor e o de aluno". Outras questões poderiam ser levantadas mas abstenho-me de fazê-lo uma vez que o pôster será publicado em um folheto a ser anexado ao catálogo do Congresso.

Gostaria de frisar, no entanto, que estas

questões citadas, os conflitos e os dilemas a que somos levados a lidar no dia a dia deste Departamento são efeitos de idéias acerca da formação, da autorização e do reconhecimento não explicitadas mas atuantes e dinâmicas.

Saliento que se a primeira parte do Congresso foi de reflexão e de expectativas, a estas deveria se somar uma análise cuidadosa de como nossos ideais vem sendo efetivados nestes dez anos dando-nos condições de saber como se dão os reconhecimentos neste Departamento, se reconhecemos de fato todos os membros, quem não reconhecemos, porque, etc, etc...

Transformar é um verbo transitivo direto e seu objeto direto consistiria em tomar estas questões e, instrumentadas pelas propostas da Sílvia e da Márcia, discriminar onde o mal estar é inevitável e administrável e onde urge criar dispositivos reguladores.

As propostas das duas autoras poderiam nos servir de bússola e de instrumento, a da Gislaire como um fim.

Mania Dweik

SOBRE O CONGRESSO

Sugestões

Nosso congresso interno me fez pensar que algumas afirmações corriqueiras podem estar perdendo sua validade.

Não somos mais "sempre os mesmos". Surge a pergunta "quem é fulano?". Parece que somos mais do que pensávamos, estamos querendo falar, ouvir, confrontar, trabalhar, e mudar o que for necessário.

Surgiram, de forma mais ou menos explícita algumas idéias. Sugiro que a comissão que organizou o evento as identifique e

proponha reuniões de trabalho para transformá-las em propostas concretas a serem apresentadas de forma mais definida na segunda parte do Congresso. Algumas dessas idéias são:

1. A reformulação e reabertura do Espaço Aberto.
2. Um espaço de desenvolvimento de pesquisa.
3. A descontinuidade entre o Curso e o Departamento. Formas de entrada no

Departamento.

Podemos continuar discutindo as questões de reconhecimento e autorização, no entanto, o que precisamos é criar e poder sustentar espaços de interlocução onde as pessoas possam se dar a conhecer multiplicando as possibilidades de serem reconhecidas.

Kitty Haas

SOBRE O CONGRESSO

Sobre a Investigação

No pôster "Sobre a investigação" colocamos nossa idéia da forma mais ampla possível para suscitar discussões e ouvir opiniões sobre o tema.

O que nos motivou a pensar este pôster foi uma hipótese de que talvez o que causasse tantas polêmicas esgotantes dentro do departamento fosse a falta de uma produção

mais sólida e constante. Uma sustentação a projetos palpáveis de investigação e pesquisa.

Escrevemos, pesquisamos, produzimos pouco, com exceções é claro. Mas muitos dos que produzem, em geral é para fora do departamento, na forma de teses ou livros por exemplo, e não de uma produção saída

diretamente e sob a responsabilidade do Departamento.

Pensamos em uma massa crítica de produção. É esse conjunto que nos parece seria um lastro. Temos a revista *Percurso*, mas ela não dá conta desse tipo de produção mais constante, porque são reflexões pontuais, que não refletem necessariamente o

trabalho que uma pessoa venha desenvolvendo ao longo dos anos.

Consideramos importante criar tradição de investigação o que poderia fortalecer a feição da instituição. Projetos de trabalho sob orientação e apoiados por verbas de entidades de apoio ao ensino e a pesquisa.

Houve bastante interesse nesse pôster no 1º

encontro do Congresso Interno. As principais contribuições que recebemos foram em relação: a importância de se poder discutir entre pares, a produção de cada um; a possibilidade de poder trabalhar temas em grupo; a criação de um centro de estudos e pesquisa; a criação de uma comissão científica para gerência desses assuntos.

Procuraremos para a 2ª etapa do Congresso, apresentar um aprofundamento de nosso pôster.

Ana Maria Leal
Jassanan Pastore
Lilian Quintão

SOBRE O CONGRESSO

Nós Sabemos, Mas Mesmo Assim ...

19 de junho, sábado, 10:00 horas da manhã. Eis-me postada frente a meu "Pôster" esperando... Como nada acontece e só estou eu e "ele", resolvo sentar-me e esperar... sentada. Mal me sento, aproxima-se um colega, começa a leitura do "Pôster" e depois dirige-se a mim, enquanto outro já chega, lê, entra na conversa, enquanto mais dois chegam e entram direto na conversa... e assim vai até o final do tempo disponível. Quando saio do local, na medida em que sou chamada "com urgência" pela Rose para me dirigir à sala cuja mesa de trabalhos eu iria coordenar, vou meio relutante, olhando para trás - está formado um grupo com 5, 6 colegas que discutem arrebatadamente...

Bem, enquanto experiência de agregar para troca de idéias, penso que esta descrição já diz - as pessoas que inicialmente se dirigiam à mim, enquanto autora, logo começam a conversar entre si e no final, nem sequer eu estava. O "Pôster" funcionou como um disparador e neste sentido, a meu ver e também no que escuto depois dos

colegas, cumpriu bem a sua função.

Sob o nome "Nós sabemos, mas mesmo assim..." no "Pôster" eu trazia uma breve discussão sobre a questão do dinheiro na Psicanálise. Minha idéia era, além de possibilitar uma conversa sobre o tema que é tão pouco falado no conjunto de suas implicações e efeitos era também a de, por este meio, aproximar-me de poder pensar a questão mais ampla - a assim chamada "Psicanálise e cidadania" ou "O psicanalista como cidadão" ou, quem sabe, "O cidadão enquanto psicanalista"... As exposições que tenho presenciado sob este tema têm sido genéricas e abstratas em demasia: eu também aspirava poder discutir através de algo muito palpável, que nos toca no cotidiano. As observações que colhi na conversa com e entre os colegas

1. notei uma dificuldade de se poder pensar o dinheiro enquanto realidade simbólica subjetiva e única na sua singularidade e o dinheiro enquanto moeda que circula em uma realidade outra, aquela que é

feita de reajustes, recibos, consultórios esvaziados, etc. Notei que havia uma tendência para o ou - ou isto, ou aquilo. Que se se falava do dinheiro em sua dimensão de troca na relação social é como se a singularidade estivesse sendo ignorada.

2. houve grande interesse de se discutir a questão do Trabalho nas Instituições, nas quais o pagamento não é feito para o analista e de como o processo analítico é possível na ausência do mesmo.
3. discutiu-se também a equivalência que se faz entre preço da sessão e valor do analista enquanto tal; nesta medida passa a ser vergonhoso declarar que se cobra menos do que o colega.
4. houve a manifestação de uma espécie de alívio pela própria abertura e possibilidade de circulação do tema

Valeu!!!

Janete Frochtengarten

SOBRE O CONGRESSO

Inscrição de Alunos Não Membros ao Congresso Interno

No dia 15 de junho a Comissão Coordenadora Geral recebeu um abaixo - assinado proveniente dos alunos do curso de Psicanálise com o seguinte conteúdo:

"Os alunos do Curso de Psicanálise, abaixo assinados, vêm, por meio deste, contestar o veto da participação de alunos não membros no Congresso Interno sobre Formação, por entendermos que, enquanto alunos, somos parte integrante do Departamento, uma vez que constituímos a base de existência de um dos setores que é o Setor Curso".

(seguem nomes e assinaturas)

Reunida para a consideração de este documento, a C.C.G. elaborou a resposta que segue abaixo, datada de 16 de junho:

"O I Congresso Interno do Departamento de Psicanálise vem sendo discutido e preparado por vários meses.

Em reunião da Comissão Coordenadora Geral realizada no meio do semestre, após discussões, chegou-se à deliberação de que o Congresso se daria através da participação de membros do Departamento. Entendia-se por membros o contido no atual Estatuto e a forma de deliberação processada também obedeceu ao estabelecido no mesmo.

A Comissão Coordenadora Geral esclarece que a idéia inicial não é de veto à participação de alunos e sim que as discussões programadas para o Congresso fossem levadas

pelas pessoas que tem uma participação mais efetiva. Nesse sentido os alunos não filiados que estejam interessados na participação do Congresso devem comparecer a reunião marcada para 6ª feira, às 17:30, horas, na sala 1, para que seus interesses sejam conhecidos e a aproximação ao Departamento e a participação no Congresso viabilizadas".

Nessa reunião tentou-se esclarecer o mal-entendido em torno do "veto" a entrada de alunos para o Congresso Interno.

O critério aplicado pela C.C.G. foi que o Congresso seria só para membros (daí, também, o nome de Congresso Interno).

Não estariam excluídos, logicamente, os

alunos que já fossem membros.

Toda história tem uma pré-história. Neste caso a pré-história está dada pelas discussões que surgiram no início da organização do Congresso, onde existiram posições diferentes em torno da possibilidade dos alunos não membros participarem.

A proposta de se fazer uma exceção permitindo a participação dos alunos não membros era em função da temática do Congresso, de grande interesse para os profissionais que tinham escolhido nosso curso para fazer sua formação. Mas esta posição foi voto vencido. A maior parte dos membros da C.C.G. achou, naquela oportunidade, que tendo os alunos livre acesso ao Departamento, não serem membros era também uma escolha.

Não entanto, essa discussão foi reaberta poucos dias antes do Congresso porque restava a dúvida de que, para alguns profissionais, poderia estar pesando também o fato de ter que pagar a inscrição no Congresso e simultaneamente a semestralidade. Em função disso, e antes ainda de ter recebido o abaixo-assinado, foi resolvido na reunião de 2ª feira 13/06/94 que, se existisse a solicitação por parte dos alunos, seria aceita sua inscrição, deixando-se para mais adiante o pedido (ou não) de pertinência.

Relatando o acontecido passo a perceber mais claramente como estes "maus-enten-

tidos" podem se dever a alguns pontos problemáticos dentro da organização existente no Departamento. Um dos aspectos que chama a atenção nessa "pré-história" era que os que se colocavam mais a favor da participação dos alunos não membros eram os professores. Isto leva a pensar que para o Departamento, através da C.C.G., o problema era fundamentalmente o de validar o estatuto que definia a condição de membro. Para os professores do Curso (os que defendiam a participação) possivelmente o que estava em jogo era idéia de facilitar, através da mesma, uma mobilização do interesse em uma participação mais ativa por parte dos alunos no processo formativo.

Reabrem-se diferentes questões em torno da entrada ao Departamento. Mais especificamente: quando seria o momento para que um aluno pudesse pedir sua pertinência? Seria no início, quase simultaneamente a seu ingresso no curso? Seria depois de cursar o primeiro ano, tendo um melhor conhecimento do que significa estar fazendo o curso e se inserir no Departamento? Seria só depois de terminar o curso que se abriria essa possibilidade?

Talvez, existam questões referentes não só ao momento mas também ao procedimento de entrada e ao modo de incorporação.

Na conversa com os alunos o que aparecia

como dificuldade era o pouco conhecimento que alguns deles tinham em relação ao Departamento. Para outros a dificuldade estava em serem aceitos nos setores. Levantaram-se diferentes alternativas como a possibilidade de existir a categoria de "membro-aluno" que permitisse uma situação de "estágio" em alguns setores antes de fazer uma escolha mais definida de inserção. Também ficou aberta uma interrogação a respeito do significado do "desconhecimento" do Departamento, apesar da existência do Boletim (que é distribuído para todos os alunos) e da revista *Percurso*, por todos conhecida.

Em síntese, penso que todo este movimento teve um saldo positivo porque estimulou a comunicação entre os diversos âmbitos e abre um espaço fértil para a segunda etapa do nosso Congresso Interno cuja temática - *"Ser psicanalista desta Instituição" Formas de organização - Estatutos - Revisão - Formas de gestão* tem relação com todos nós. Trabalhar os "sintomas" do funcionamento institucional constitui-se num ponto de partida a mais para delinear a concepção e o perfil de nosso projeto.

Lucia Barbero Fucks,
membro da C.C.G. representante do
Setor Curso.

SOBRE O CONGRESSO

Sobre a Participação dos Alunos no I Congresso Interno do Departamento.

Este texto tem a intenção de comunicar algumas questões que surgiram ligadas à participação de alguns alunos do Curso no Congresso recém realizado pelo Departamento e com a não participação da grande maioria destes alunos.

Tudo começa quando às vésperas do sábado do congresso alguns alunos não-membros do Departamento se deram conta de que, a despeito de serem parte do Curso de psicanálise do Departamento e de ter o Congresso como tema central, a questão da formação, a participação neste seria exclusivo, aos membros. O que se segue é um sentimento de ao mesmo tempo serem incluídos (a questão da formação) e excluídos, sendo que o "sentimento de exclusão gritava" mais alto.

A partir de então se iniciou uma série de questões que tinham a intenção de tornar possível que os alunos não-membros e interessados em participar do congresso não fossem impedidos de fazê-lo, coisa que, em muitos problemas foi rapidamente al-

cançada. Com isso tudo a participação desses alunos foi permitida e acabou por acontecer, ainda que em baixíssima escala.

O que eu gostaria de fazer é levantar as questões que esses acontecimentos fizeram pensar, a mim e a uma série de colegas, especialmente a respeito da relação entre os locais "ser aluno do Curso" e "ser membro do Departamento". Gostaria também de dividir essas questões em duas vertentes, cada uma fluindo de cada um desses "locais".

Em primeiro lugar a vertente dos alunos. O que esses acontecimentos dizem a respeito dos alunos do Curso de psicanálise do Departamento de psicanálise do Sedes? Em primeiro lugar que existem alunos que são membros do Departamento e alunos que não são. E quem são esses alunos, ambos os tipos? São pessoas que estão iniciando um percurso de formação em psicanálise, que escolheram a instituição Sedes Sapientiae para ser uma referência a esse momento deste percurso e que foram escolhidas pela instituição em uma seleção razoavelmente

acirrada como pessoas com quem a instituição se identificava e em quem estava disposta a investir sua disponibilidade formadora. Dado essa descrição, como entender o fato de que a maioria destes alunos não são membros do Departamento? Afinal de contas não é o Departamento justamente o local de uma formação que se inicia e não acaba? Não é o local onde esse psicanalista iniciante pode encontrar oportunidades de ter seu esforço de formação sempre refletido?

Talvez uma resposta possível seja que a maioria dos alunos considere que estas questões se resolvam todas com a participação no Curso. E isso traz uma outra pergunta: são, para os alunos, o Curso e o Departamento locais idênticos? Senão, quais as diferenças? Creio que o fato desses indivíduos que investem tanto tempo e dinheiro e algo mais neste percurso de formação no Curso do Departamento e escolhem não serem membros do Departamento nos obrigam a concluir que exista essa identificação. A surpresa ante a impossibilidade da

participação no Congresso e o sentimento de serem alvos de uma exclusão injusta também nos levam na mesma direção.

Por outro lado acredito eu que o Departamento e o curso não sejam lugares idênticos. Mas se assim é, o que leva a essa confusão? Seria somente uma alienação dos alunos não-membros? Creio que este é sem dúvida um fator dessa complexa função, mas creio não ser o único. Seria tão fácil assim discernir esses dois locais diferentes? Seria tão fácil assim ao aluno tornar-se membro do Departamento? Comprar uma entrada é fácil, mas sentar-se onde?

Quero agora falar um pouco a respeito da outra vertente, aquela que parte da instituição. Um dos argumentos que ouvi que tentavam justificar a posição de os alunos não terem sido convidados era que se estes participassem, essa participação poderia diluir o ideal de produtividade esperado para o Congresso. Pois um bando de sujeitos desinformados das questões prementes do Departamento exigiriam uma atenção explicativa que dificultaria sobremaneira o melhor transcorrer do Congresso. Outro argumento que ouvi era o de que, afinal, se os alunos não-membros quisessem realmente participar do Congresso do Departamento eles deveriam se movimentar mais, muito

mais. Exigir, forçar a porta, etc.

Não acho que tais argumentos sejam desprezíveis, muito pelo contrário. Eles revelam uma preocupação sobre como realizar uma difícil tarefa, como esse Congresso, da melhor forma possível. E revelam também uma expectativa a respeito de uma postura menos alienada e mais participativa dos alunos. Mas revelam outras coisas também. No meu modo de ver revelam uma certa confusão ou uma certa ambiguidade sobre como o Departamento enxerga seus "iniciantes". Ao mesmo tempo que são considerados como complicadores de uma tarefa de discutir formação, desejaria-se que fossem mais ativos para que se impusessem. Ao mesmo tempo que os vê como alunos, gostaria de vê-los como alunos-membro. O que penso é que essa confusão a respeito de como o Departamento vê seus alunos é a mesma com que os alunos se vêem enredados quando tentam diferenciar o curso do Departamento. Pois se a instituição não vê o caminho que liga esses dois lugares, que comunica uma diferença, como os alunos poderiam, tranquilamente, diferenciá-los. E nesse caso o mais importante é pensar nos passos que podem ser dados para que essas confusões possam ir se transformando. Acho que caberia à instituição, dada sua

posição, dar os primeiros passos. Pois se se deseja alunos mais participantes, como conseguir?

Creio que esses primeiros passos devam ser uma melhor definição de como a instituição enxerga esses alunos, como ela enxerga a participação desses alunos no seu Curso e no Departamento. Qual é o percurso da transformação de aluno em membro do Departamento? Pois hoje em dia basta pagar uma semestralidade; e tenho a impressão que isso de tão simples não é nada. Isso confunde; mais atrapalha do que ajuda. Creio que um olhar menos confuso da instituição aos seus alunos possa contribuir como um fator que ajude a refluir a função de alienação que a participação de tão poucos alunos em um evento tão importante como esse congresso deixou evidente.

Essas são umas rápidas reflexões sobre esse tema. Minha idéia é que possam servir para que esse assunto não desapareça nas soluções rápidas demais que se encontram para os problemas complexos dos percursos de formação em uma instituição psicanalítica.

São Paulo, 7 de julho de 1994.

Paulo Jerônimo Pessoa de Carvalho.

**CEP
CENTRO DE ESTUDOS PSICANALÍTICOS**

Direção:
Ernesto Duvidovich
Walkiria del Picchia

Cursos Breves:
DESFRITE SEU SINTOMA
Ricardo Goldemberg

3 encontros - sábados
9:30 - 12:30 / Setembro
Tel.: (011) 864.2330 - 62.0952

Conselho Editorial

Anna Correia, Elisabeth Antonelli Gaiarsa, Eva Wongtschowski,
Maria de Lourdes Calceiro Costa, Sonia Maria Rio Neves

Produção Gráfica

AD Central Tecnologia Gráfica Laser - Tel.: 887-7782

Impressão

AD Central Tecnologia Gráfica Laser - Tel.: 887-7782

Tiragem

230 Exemplares

Redação, Administração e Correspondência

R. Ministro de Godoy, 1484 - CEP 05015

São Paulo/SP - Tel.: 262-8024